

Sobre a tênue fronteira entre os espaços público e privado

*On the fine line between public and private spaces
En la delgada línea entre espacios públicos y privados*

Aline Cristina Gomes Ramos¹

Resumo: O presente artigo rascunha uma discussão quanto à dinâmica indivíduo – espaço público e privado, a fim de demonstrar o quão intrínseco tal fato é para formação da psique, mais perceptível sob a forma de identidade e memória. Para isso, são trazidos autores que se debruçam sobre a temática, estabelecendo, ao final, questionamentos quanto às relações possíveis no contexto da pandemia de Sars-CoV-2. Os espaços públicos refletem a visão do ser humano sobre si mesmo e quanto ao outro, sendo que o tratamento da esfera pública se restringe ao longo dos séculos, levando a supervalorização do privado. Objetividade com o outro e subjetividade consigo mesmo, isolamento social, uso da *internet* e manifestações são pertinentes para análise do corpo re(inserido) no urbano. Seguindo a Psicologia Analítica, seriam estes momentos de crise também gênese para a cura de um *status quo*.

Palavras-chave: Cidade, identidade, memória.

Abstract: This article outlines a discussion about the individual dynamics - public and private space, to demonstrate how intrinsic this fact is for the formation of the psyche, more perceptible in the form of identity and memory. For this, authors are brought to the theme, establishing, in the end, questions about the possible relationships in the context of the Sars-CoV-2 pandemic. Public spaces reflect the vision of the human being about himself and the other, and the treatment of the public sphere is restricted over the centuries, leading to the overvaluation of the private. Objectivity with the other and subjectivity with oneself, social isolation, use of the internet, and manifestations are relevant for the analysis of the body re(inserted) in the urban and following Analytical Psychology, the moments of crisis would also be the genesis for the cure of a status quo.

Keywords: City, identity, memory.

Resumen: Este artículo esboza una discusión sobre la dinámica individual - espacio público y privado, con el fin de demostrar cuán intrínseco es este hecho para la formación de la psique, más perceptible en la forma de identidad y memoria. Para ello, los autores son llevados al tema, estableciendo, al final, interrogantes sobre las posibles relaciones en el contexto de la pandemia del Sars-CoV-2. Los espacios públicos reflejan la visión del ser humano sobre sí mismo y sobre el otro, y el tratamiento de la esfera pública se restringe a lo largo de los siglos, lo que lleva a la sobrevaloración de lo privado. La objetividad con el otro y la subjetividad consigo mismo, el aislamiento social, el uso de internet y las manifestaciones son relevantes para el análisis del cuerpo reinsertado en lo urbano y siguiendo la Psicología Analítica, los momentos de crisis serían también la génesis para la cura de un *status quo*.

Palabras clave: Ciudad, identidad, memoria.

¹ Mestranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). E-mail: alinecgramos@yahoo.com.

O pensar no ser humano não se processa com o isolamento do indivíduo, pois a existência somente é percebida em sua relação com o outro, ocasionando uma narrativa em uníssono ou, como afirmam Peter Berger e Thomas Luckmann, no processo dialético de “exteriorização, objetivação e interiorização”², em que “estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade”³. A criatura humana é resultado das ações do par Eu-Outro⁴, “nasce com a predisposição para a sociabilidade”⁵.

Como indivíduo é singular mescla das identidades ôntica e ontológica que Carlos Byington⁶, em sua ampliação da polaridade ôntica-ontológica empregada por Heidegger, explica como sendo a Identidade Ôntica, “a Identidade do Eu e do Outro, de tudo aquilo que em nós é manifesto e efêmero; e que se transforma frequentemente durante toda a vida”⁷. A inclusão do Outro junto ao Eu na Identidade Ôntica advém do dito anteriormente, ou seja, a concepção da realidade só se dá com este par como centro de consciência, englobando sujeito e objeto igualmente. A Identidade Ontológica, por sua vez, é distinguida por Byington⁸ como aquela característica da identidade que se sente como algo essencial e imutável do ser, que não se consegue claramente descrever nem explicar, porém que se necessita buscar durante a vida para estabelecer uma conexão coerente com a totalidade das coisas. O indivíduo, então, é resultado das ações do par Eu-Outro somado com seu “arquétipo central”⁹, responsável por sua simbologia latente e, desta forma, parte para sua experimentação do mundo. As palavras de Giovanna Bartucci servem para contextualizar, quando diz que: “compreender ou dar

² BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 173.

³ *Ibidem*.

⁴ O Eu-Outro, segundo Byington (1985), aparece a partir de cinco posições arquetípicas da consciência: posição indiferenciada, insular, polarizada, dialética e contemplativa, sendo que cada uma se manifesta em duas atitudes, passiva e ativa.

⁵ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 173.

⁶ BYINGTON, Carlos. O conceito de identidade individual e coletiva na dimensão simbólica. A identidade ôntica (eu-outro) e a sua inter-relação com a identidade ontológica ou identidade do self. In: BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa; COSTA, Márcia Regina da. (Orgs.) *Identidade: teoria e pesquisa*. São Paulo: EDUC. Editora da Puc/SP, 1985.

⁷ *Ibidem*, p. 82.

⁸ *Ibidem*.

⁹ O arquétipo central, segundo Byington (1985), coordena a elaboração simbólica e esta produz a consciência, que, concomitantemente, coordena tudo o que nós fazemos. Os símbolos formam mitos que orientam a cultura. A descoberta do arquétipo central, pode ser empregada tanto para o desenvolvimento simbólico da personalidade quanto da cultura, concebendo uma teoria simbólica da História e conceituando o self cultural, somatória dinâmica dos processos conscientes e inconscientes da cultura, que se aprimora, transformando a consciência coletiva a partir de símbolos estruturantes históricos regidos por diferentes arquétipos.

significação ao mundo em que vivemos será o mesmo que estruturar a realidade de um modo pessoal e estilizado”¹⁰.

O “arquétipo central”, segundo Byington, ou a “subjetividade”¹¹, de acordo com Berger e Luckmann, podem ser empregados tanto para o desenvolvimento simbólico da personalidade quanto da cultura, e

Acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. Estamos, então, tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantáramos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. ‘Já tínhamos pensado nisso’: nós não percebemos que não somos senão um eco¹².

[...] Importa-nos [...] o fato do indivíduo não somente absorver os papéis e atitudes dos outros, mas nesse mesmo processo assumir o mundo deles. De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com este mundo. Dito de outra maneira, todas as identificações realizaram-se em horizonte que implicam um mundo social específico¹³.

Assim, analisa-se a formação da identidade, seja ela individual ou coletiva, com clara relevância da base social, onde cada grupo mantém uma persuasão junto a seus membros, a partir do “outro significativo ou generalizado”¹⁴. A história e, mais ainda, a inter-relação da identidade com o tempo adquirem importância neste aspecto, já que “a premissa fundamental é que as vidas humanas ocorrem num tempo histórico e que adquirem seu significado nos termos daquele tempo”¹⁵. Por mais que o Eu ou a Consciência Coletiva mudem, algo existe subjacente a eles, o que conecta estas mudanças coerentemente dentro de um todo histórico individual ou grupal, preservando uma coerência vivenciada como imutável¹⁶. Se uma desconsideração com o tempo for efetivada, tende-se a identidade do estático, o equivalente a

¹⁰ BARTUCCI, Giovanna (Org.). *Psicanálise, Arte e Estéticas de Subjetivação*. Rio de Janeiro: IMACO, 2002. p. 11.

¹¹ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

¹² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 47.

¹³ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 177.

¹⁴ *Ibidem.*, p. 178.

¹⁵ SCHEIBE, Karl E. Identidade e Memória. In: BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa; COSTA, Márcia Regina da. (org.). *Identidade: teoria e pesquisa*. São Paulo: EDUC. Editora da Puc/SP, 1985. p. 42.

¹⁶ BYINGTON, Carlos. O conceito de identidade individual e coletiva na dimensão simbólica. A identidade ôntica (eu-outro) e a sua inter-relação com a identidade ontológica ou identidade do self. In: BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa; COSTA, Márcia Regina da. (Orgs.) *Identidade: teoria e pesquisa*. São Paulo: EDUC. Editora da Puc/SP, 1985.

aprisioná-la em um de seus aspectos, onde a capacidade de transformação é aniquilada. Nota-se, com isso, que o estudo da identidade permanece sobre origens paradoxais, pois se sustenta sobre os pares permanente–efêmero e aparente–latente que não podem se dissociar sem que partes do todo sejam perdidas de forma irreversível para sua própria compreensão.

A identidade, concomitantemente, tem na memória um grande fator de estruturação, já que o presente é também resposta a sistematização das lembranças. A sucessão dessas últimas produz, nas interações com os diversos meios coletivos, mudanças responsáveis pela caracterização de um conjunto. Conjunto deve ser entendido, segundo Maurice Halbwachs, como as relações sociais dentro de um determinado grupo, bem como o próprio grupo, abrangendo também o meio físico em que os contatos se desenvolvem, ou seja, o espaço que os abriga¹⁷. Por isso, o autor diz que todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos, consolidando a vida de uma sociedade, ao menos em seus aspectos mais estáveis¹⁸. A mesma noção é compartilhada por Berger e Luckmann, quando trazem que “receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo”¹⁹. Ainda de acordo com Halbwachs, os objetos materiais com os quais se estabelece contato diário mudam pouco, e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. É como se fosse uma sociedade silenciosa, imóvel, e estranha à agitação²⁰.

A noção de espaço introduzida mostra que uma sociedade inexistente se não estiver cercada pela outra, muda e estável. Porém, apesar do silêncio e da imobilidade do espaço, em aparência, este se mantém em comunicação constante, pois os códigos de sua linguagem são decifrados, seja consciente ou inconscientemente. O não passar por uma rua em determinado horário, saber qual a postura mais adequada a ser tomada em diferentes ambientes, são exemplos de atitudes oriundas também da leitura espacial, muitas vezes subjetiva. Além do diálogo, o movimento é igualmente incessante, já que as preferências e hábitos sociais se transformam e interagem com o espaço, tornando-o exemplar da imagem do grupo. Resumidamente, pode-se concluir que o grupo e o espaço formam um sistema, estando o primeiro submetido ao segundo, cenário de permanência e obtenção de identidade, e, ao mesmo tempo, agindo sobre aquele, dando-lhe características únicas.

¹⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 178.

²⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

“Cada objeto encontrado e o lugar que ocupa no conjunto lembram uma maneira de ser comum a muitos homens e, quando o conjunto é analisado, fixa-se a atenção sobre cada uma de suas partes e das relações dos grupos”²¹. Essa sucessão de relações que se apropriam do mesmo suporte para se materializarem, usufruem da cidade como meio de estabilização e, a partir das distinções de funções e costumes sociais do conjunto formado, as peculiaridades de determinado espaço urbano o tornam singular.

Os vínculos entre os hábitos locais e o espaço demonstram o apoio físico que a identidade e a memória coletiva necessitam, pois quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado aos seus costumes, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os exteriores, sabendo-se que, se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens²².

A representação espacial das atividades faz com que a vida cotidiana seja o foco para o entendimento da sociabilização dos grupos, e, segundo os Situacionistas²³, ela é a medida da realização, ou da não realização, das relações humanas, onde se inicia cada projeto e para onde o ser retorna em busca de significação. O raciocínio acima segue os parâmetros do Urbanismo Unitário, mais precisamente da psicogeografia e da Teoria da Deriva, que são respectivamente definidas por Paola Jacques, como um “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejados ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos”²⁴ e a Deriva, o exercício prático da psicogeografia, sendo uma nova forma de apreensão do espaço urbano, em que o pedestre o apropriaria a partir da ação do andar sem rumo.

O conceito da psicogeografia remete-se, ao revelar o comportamento nos espaços públicos, a uma espécie de Eu-coletivo. Dessa forma, estes locais de interação podem ser

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ Na França do pós-guerra, este grupo formado por jovens intelectuais, de vinte e poucos anos, critica o cotidiano francês dito como dominado pelo espetáculo, pela passividade e alienação. Compartilha com outros movimentos de vanguarda o interesse pelas possibilidades da tecnologia, o questionamento do urbanismo no imediato pós-guerra, e uma forte crítica social e estética às formas da sociedade de consumo. Porém, sua diferença, comparado com outros movimentos, é que os situacionistas têm uma forte componente conceitual, radical e muito mais militante em termos políticos, resultando em diversas abordagens e inspirações no cinema, na arquitetura, literatura, sociologia, pintura, política e no usufruto dos espaços públicos, seja por performances e experimentações corporais ou deambulações.

²⁴ JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 22.

vistos como redutos de obtenção e abrigo da identidade coletiva, seja de grupos variados em múltiplas escalas ou de todo um período e da sociedade contemporânea a ele.

Os espaços públicos, portanto, constituem átrios de sociabilidade, em que, além da formação da identidade e da memória, são possíveis o reconhecimento da cidadania, com valores sociais e culturais produzidos e compartilhados. Símbolos imbuídos de enorme carga semântica, conferem legibilidade ao meio por serem impregnados de ressonância e ligados à imagem da cidade e da sociedade, e, historicamente, destacam-se como elementos decisivos do desenho urbano, sendo componentes estruturais e marcos referenciais que definem as características e funções dos lugares. São, além disso, espaços onde existe a constante negociação da realidade em busca da construção de um mundo comum, criando e recriando tradição, liberdade, igualdade e democracia²⁵. Espaços capazes de captar e tematizar problemas sociais, em rede de comunicação socialmente significativa. Espaços de representação, pois a liberdade de expressão individual e em grupo lhe confere uma significação que ultrapassa a morfologia física. Existe ali uma iconicidade a ser tratada, já que a veia simbólica presente nestes espaços, e na cidade como um todo, se revela a partir das imagens, tanto do presente quanto algumas na memória coletiva, ou ainda fazendo uma prospecção para um futuro próximo. Um ícone é sua própria maneira de ser em sua materialidade, nada significando além de si mesmo, por isso a multiplicidade icônica destes locais, com diversos significados, resulta em uma imagem sem parâmetros pré-definidos, pelo fato de que sua dimensão perpassa a visibilidade, sendo polissensorial e vivenciada.

Vivenciar um espaço público implica entranhar-se na coletividade, transformar-se nela, esconder-se muitas vezes, pois as sensações, sentimentos e comportamentos surgem para um conjunto, em que os homens têm sua individualidade diluída e dispersa em prol do pertencimento a este todo. O coletivo e os espaços destinados a ele abrigam, recebem e apartam as tensões, atuando como a casa, suas paredes e móveis no preservo e no equilíbrio mental, como diz Halbwachs com sua sociedade imóvel²⁶. Walter Benjamin acrescenta, quando aponta que: “as estradas são a habitação do coletivo. O coletivo é um ser eternamente desperto, eternamente agitado, que vivencia, experimenta, reconhece e imagina tantas coisas entre as fachadas quanto os indivíduos no abrigo de suas quatro paredes”²⁷. Tornar-se integrante da coletividade significa, portanto, obter um lugar no mundo, ser assegurado pelo

²⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

²⁷ BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 258.

anonimato, porém, em contrapartida, acarreta figurar-se como mais uma peça, minimizando uma condição que Georg Simmel pontua, ou seja, de que “o homem não termina com os limites de seu corpo ou a área que compreende sua atividade imediata”²⁸, pois “o âmbito da pessoa é antes constituído pela sociedade de efeitos que emana dela temporal e espacialmente”²⁹. Atenuar a expressão ou, no mínimo, sistematizá-la por padrões sociais é uma linguagem base, visto que a esfera pública não pode ser encantadora, precisamente por não abrigar o irrelevante³⁰. Para elucidar, cita-se o exemplo que discorrem Berger e Luckmann em relação ao indivíduo que se transforma em homem sério, de trabalho, responsabilidade e horário, a partir do momento em que sai para rua e durante a travessia de trem, ao se misturar anonimamente à multidão, suplantando em partes seus “terrores metafísicos” e reafirmando sua realidade subjetiva³¹.

Na Antiguidade, o ato e a palavra recebem importância inestimável e encontram a esfera pública como suporte para a expansão, estabelecendo noções de política e cidadania. Se o público é o valor máximo, o sujeito não pode nele adentrar se sua privacidade não estiver resolvida, principalmente quanto à posse de uma propriedade. A privacidade, segundo Arendt, é como o outro lado escuro e oculto da esfera pública: ser político significa atingir a mais alta possibilidade da existência humana, mas não possuir um lugar próprio e privado significa deixar de ser humano³². A partir do século XV-XVI, intensas e velozes transformações iniciam-se em todas as esferas, trazendo uma nova configuração social. Justificam-se pelas grandes descobertas nas ciências físicas, que retiram da criatura humana o seu lugar e a sua imagem no centro; pela industrialização da produção, que cria ambientes, destrói antigos e acelera o ritmo da vida; pelo crescimento urbano intenso, assim como o dos meios de comunicação dinâmica e de transportes. As principais consequências dessas mudanças e que caracterizam a modernidade, são as novas bases sociais que buscam a igualdade, mas acabam gerando a diferenciação de classes; a racionalização muitas vezes extrema, chegando à irracionalidade no tratamento das relações; os impactos dos novos meios de produção, a liberdade e a autonomia individual, acompanhadas do isolamento e da solidão; o desencantamento do mundo, levando a uma subjetividade por vezes doentia.

²⁸ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 23.

²⁹ Ibidem.

³⁰ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

³¹ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 199.

³² ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

Simmel afirma que o tipo metropolitano desenvolve a intelectualidade, a racionalidade e a individualidade para preservar sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida³³. As reações aos estímulos exteriores são transferidas à inteligência e à conscientização, afastando-as da zona mais profunda da personalidade e assumindo a prerrogativa do psíquico. O que Sennett diz reforça a questão:

[...] a psique é tratada como se tivesse uma vida interior própria. Considera-se esta vida psíquica tão preciosa e tão delicada que fenecerá se for exposta às suas realidades do mundo social e que só poderá florescer na medida em que for protegida e isolada.

O eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo. E precisamente porque estamos tão absortos em nós mesmos, é-nos extremamente difícil chegar a um princípio privado, dar qualquer explicação clara para nós mesmos ou para os outros daquilo que são as nossas personalidades. A razão está em que, quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos³⁴.

O mesmo mecanismo que leva a impessoalidade gera uma subjetividade pessoal, afirmada pelo comportamento *blasé*, fenômeno psíquico em que há perseguição intensa ao prazer em compensação aos complexos estímulos externos e na busca de tolerá-los. A frustração ao prazer almejado leva à autopreservação da personalidade, em franca desvalorização do mundo objetivo, o que resulta na sensação de inutilidade pessoal. Mesmo sob a autopreservação, pertencer a metrópole significa ser social e, condicionado a esta verdade, o sujeito adquire certa reserva como atitude mental³⁵.

[...] O indivíduo apreende-se a si próprio como um ser ao mesmo tempo interior e exterior à sociedade. Isto implica que a simetria entre a realidade objetiva e a subjetiva nunca é uma situação estática, dada uma vez por todas. Deve ser sempre produzida e reproduzida *in actu*. Em outras palavras, a relação entre o indivíduo e o mundo social objetivo assemelha-se a um ato continuamente oscilante³⁶.

A reserva ou o individualismo possuem grande impacto sobre o espaço público, alterando a percepção e o uso do local. Socialmente, as criaturas passam a estabelecer novas formas de interação e suas relações tornam-se mais efêmeras e fugazes, além do que a proximidade física acarreta distância mental cada vez mais visível.

³³ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

³⁴ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 47.

³⁵ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

³⁶ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 179.

[...] o caráter inconsciente, fluído e mutável dessa impressão parece resultar em um estado de indiferença [...] A antipatia nos protege de ambos esses perigos típicos da metrópole, a indiferença e a sugestibilidade indiscriminada. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático efetuam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. A extensão e composição desse estilo de vida, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas em que é satisfeito tudo isso, com os motivos unificadores no sentido mais estreito, formam o todo inseparável do estilo metropolitano de vida³⁷.

Sennett afirma que as sociedades estão mudando a partir da volta para a interioridade, resultando na discrepância dos sentidos originais entre a vida pública e a vida íntima, com tratamento dos assuntos públicos como sentimentos³⁸ e “a realidade objetiva pode ser facilmente ‘traduzida’ em realidade subjetiva, e vice-versa”³⁹. A troca de valores, levando a intimidade como padrão para a realidade, faz as reações narcísicas penetrarem sistematicamente nas relações. O narcisismo, a introspecção do eu, inicia o questionamento da relevância pessoal dos outros indivíduos e dos atos exteriores, tornando-os pouco instigantes, além de supervalorizar o prazer. Agindo assim, o ser humano objetiva uma gratificação, ocasionando a introspecção das suas necessidades, que são contidas por serem constantemente não respondidas.

Chega-se a um abandono da manifestação do ser para a vida pública, o que destrói também a expressividade dos sentimentos em circunstâncias intrínsecas. Códigos de intimidade são criados para as relações em que a autopreservação, devido ao medo do desconhecido e a recusa ao outro, as tornam superficiais e por vezes amorfas, visto que um grau maior de intimidade inibe o lugar confortável da individualidade, ameaçando a invulnerabilidade no princípio julgada como existente, e do perceber da dependência ao outro. A observação da abertura para que o relacionamento aconteça, seja entre as pessoas ou entre elas e um acontecimento, pode ser decodificado de duas formas, sendo que a primeira, mede o outro em termos de um espelho de preocupação consigo mesmo, e a segunda, qualifica e quantifica a interação social na permuta das confissões⁴⁰. Perde-se a espontaneidade. A falta de contato e a relutância da liberdade conseguida pelo aventurar-se no meio, oriunda de uma visão cada vez mais intimista, geram um abandono do domínio público, em pensá-lo como um ambiente desprovido de sentido.

³⁷ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 20.

³⁸ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁹ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 179.

⁴⁰ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Neste ponto, é relevante destacar que também o termo público vem alterando seus significados ao longo dos séculos. Arendt traça três perfis⁴¹, comparando a *polis* grega, a cidade moderna e a sobre o regime autoritarista:

a) No primeiro, o público explicita a construção da realidade provida pelo senso comum, por aquilo que é visto e ouvido por muitos e sofre a maior divulgação, atingindo o coletivo e figurando como verdade. É a pluralidade dos pontos de vista que constitui uma existência humana rica em significados, a partir dos quais o mundo transcende a vida pessoal. A ação e a palavra de cada um, dotadas de sentido e reconhecimento por todos, são instrumentos da construção da história comum e da identidade. Nesse ponto, a vida íntima também é atingida no que diz respeito à sinceridade das paixões, pensamentos e deleites dos sentidos, pois, se o real só assim se faz pela exposição ao público, esses sentimentos precisam ser desprivatizados, desindividualizados, consumíveis para existirem. A perda desse espaço para a formação da realidade, onde se materializam as comunicações por meio das quais os indivíduos constituem suas opiniões e julgamentos, faz com que também sejam perdidos os critérios de verdade, justiça e legitimidade.

b) Em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar específico onde cada um habita nele. Assim, há a reunião, convive-se conjuntamente, porém com um distanciamento feito pelo próprio mundo que, como intermediário, serve de interposto e ímã para as relações. Como cenário para a passagem da vida, a esfera pública é a referência estável para a construção das relações humanas, tratada com um caráter de quase imortalidade, já que transcende a existência do nascer ao morrer. Arendt⁴² afirma que o mais claro indício do desaparecimento da esfera pública na era moderna é a quase completa perda de uma autêntica preocupação com a imortalidade, eclipsada pela falta simultânea da preocupação metafísica com a eternidade. Essa nova relação é oposta à da *polis* para os gregos ou da *res publica* para os romanos, espaços que garantem a vida individual contra a futilidade privada, e reservam a permanência e a imortalidade dos mortais. A perda do espaço público gera a impossibilidade de criação e reconstrução da tradição, pois ali é o lugar em que se preserva a ação do esquecimento.

c) A terceira dimensão diz respeito ao poder nas relações entre os sujeitos, associado com a liberdade da ação e do discurso. O espaço público contém o caráter de deliberação conjunta e a capacidade de engendrar um destino comum. Determina-se como comunidade

⁴¹ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

⁴² *Ibidem*.

politicamente organizada e a lei é como um canal de comunicação e de construção de um mundo social que extrapola a condição física e chega à cidade. É “o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas”⁴³.

Na Antiguidade, a riqueza privada torna-se condição para ingresso na vida pública, pois significa dominar as próprias necessidades vitais, não ter que prover para si os meios do uso e do consumo e ser potencialmente livre para exercer a atividade política, transcendendo a própria existência e sendo admitido no mundo comum a todos. O equilíbrio entre os dois meios, público e privado, é, portanto, o próprio sustento para que cada um deles se mantenha. Um descompasso atinge primeiramente a liberdade, que perde sua capacidade de interromper os automatismos a partir da ação e do discurso, passando a vida a ser guiada pelo destino e pela fatalidade. Assim, a liberdade identifica-se com a interioridade, o isolamento e o espaço privado e, em consequência, os seres obliteram a capacidade de exercer o poder, já que não se associam. Ao se diluírem as fronteiras entre público e privado, os indivíduos tendem a aceitar a sua subjetividade como referência, a fazer de seus sentimentos e interesses a medida, diminuindo a capacidade de julgamento.

Sennett⁴⁴ trabalha a questão do público e do privado sob a ótica do século XIX, quando pontua um declínio como pano de fundo para uma crise nas relações sociais. Com conclusões muito próximas a de Arendt⁴⁵ e Simmel⁴⁶, estabelece quatro condições psicológicas no tratamento moderno dos espaços, levando a intimidade que tenta resolver o problema público por negação. Elencam-se:

a) Desvendamento involuntário da personalidade, cujo efeito é a superação do limite entre um sentimento particular e a demonstração pública deste sentimento, estando a vontade pessoal sem forças para conter tal atitude.

b) Superposição do imaginário público e privado, demonstrando que o sistema de expressão pública se torna um sistema de representação pessoal.

c) Defesa a partir do retraimento, em que Sennett diz,

Se não se pode evitar mostrar o que se sente, e se a verdade de qualquer emoção, declaração ou argumento em público depende do caráter da pessoa que está falando,

⁴³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 211.

⁴⁴ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

⁴⁶ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

como podem as pessoas evitar serem sondadas? A única defesa segura é tentar evitar sentir, tentar não ter sentimentos a exibir⁴⁷.

Retrair-se é, portanto, a forma de manter os sentimentos ilesos, fora da exposição involuntária, resultando em uma sociedade paulatinamente mais íntima, com o privado se sobrepondo ao público, os desejos retidos e a personalidade sendo expressa e lida além da vontade pessoal.

d) Silêncio, surgindo em público como armadura, na certeza de que usá-lo é um direito de ser deixado em paz e não ser esmagado pela multidão.

O comportamento em público era um problema de observação e de participação passiva, um certo tipo de voyerismo [...], a pessoa está aberta para tudo e nada rejeita a priori de sua esfera de ação, contanto que não tenha de se tornar um participante ou envolver-se numa cena⁴⁸.

O conhecimento moderno desobriga a interação social, pois é baseado na observação e na distância, criando uma sociedade que se resume na imagem teatral, com as noções de ilusão e desilusão introduzidas como questões sociais fundamentais. Separa-se a natureza humana da ação social e, no cotidiano, a arte de representar e de desempenhar papéis passa a ser a prática da vida pública.

Nota-se que, segundo os autores citados, o tratamento da esfera pública decai ao longo dos séculos, com conseqüente supervalorização do privado, da intimidade e de um eu-narcísico, solitário e individualista, que dificulta e até impede que relações se efetivem. Os espaços públicos refletem a visão que a pessoa possui de si mesma, o tanto que se dá valor e concede este ao outro, ou seja, são o mundo comum em que a identidade coletiva é criada e encontra ação e discurso para seu manifesto da realidade.

Nos ‘novos’ e ‘renovados’ espaços públicos urbanos em todo o mundo, as práticas espaciais inscrevem-se num processo de ‘territorialização do espaço’: os usuários se apropriam do espaço público pela instituição de limites e/ou barreiras de cunho simbólicos, às vezes ‘invisíveis’. É assim que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços-territorializados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o ‘outro’ em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos. Assim, as diferenças se traduzem em táticas ‘exclusivistas’ de territorialização, abrindo caminho para o estabelecimento de formas nuançadas de segregação, como atos de vontade que impossibilitam o convívio ‘entre diferentes’ e negam o ‘outro’ pela indiferença e autoisolamento (em geral voluntário) de grupos e indivíduos no espaço público. A necessidade de anonimato se traduz, portanto, em indiferença frente ao ‘outro’, que não compartilha dos laços de intimidade/identidade dos

⁴⁷ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 42.

⁴⁸ *Ibidem.*, p. 43.

indivíduos e grupos territorializados. Se o espaço público é o espaço de encontro de diferentes e os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais, [os indivíduos estão] juntos, mas separados por limites e barreiras simbólicas, [...].⁴⁹

A arquitetura e as cidades estão, cada vez mais, a procura de uma identidade que as singularizem, baseando-se na construção da diferença, indo desde soluções tecnológicas, com materiais construtivos novos e os velhos utilizados de forma inusitada, a interferências no tecido urbano, chegando ao caráter icônico dos novos edifícios e avenidas que são feitos para serem vistos na linha do horizonte, ostentar publicamente seu gigantismo e desafiar a insignificante escala humana. Todavia, o espaço urbano tende assim a ser mundial, em que o diverso já reconhecido globalmente permite o deslocamento sem estranheza cultural e sem narrativas. Cria-se um espaço que se repete e se anula no tempo, desenvolvido em intervalos cada vez mais curtos, progressivos e intensos.

A imagem da cidade global é transfigurada nas metáforas de verticalidade e velocidade, em que se segrega o tempo e o espaço da apropriação coletiva em benefício de um modo de vida e de imagem que valoriza o deslocamento autossuficiente e ágil, sustentado e patrocinado pelas grandes artérias, idênticas a outras tantas avenidas, que misturam os espaços de todas as cidades. Elimina-se ainda mais, não só pela escala e distância, a possibilidade de se conhecer a cidade aos passos e de estabelecer uma relação intrínseca com ela.

Caminhar e se apropriar do espaço público com o corpo, bem como desorientar-se no trajeto para apreciação do mesmo, surgem como atos de resistência.

Alice, por sua vez, perde-se no lugar, irônica ou sabiamente, chamado “das Maravilhas”, e, no entanto, de maneira incessante procura localizar-se espacialmente, retornar a algo que lhe desse algum sentido. A partir das palavras do Gato entende que já está ou pode estar em qualquer parte, desde que tome consciência de si⁵⁰. Semelhante ao raciocínio do bichano é a proposta Situacionista com base na desorientação, para que o acaso, a surpresa de experimentação e os meandros promovidos pelo desejo se sobressaíam como realidade e vivência do/no espaço. A desorientação é um elemento fundamental para a Teoria da Deriva, próxima ao ato da figura do flâneur de Baudelaire.

O flâneur surge no século de crises, melancolias e perda de identidade, devido ao exacerbado crescimento das metrópoles, à velocidade, às modificações tecnológicas e ao

⁴⁹ SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p.593..

⁵⁰ CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no país das maravilhas / Através do espelho e o que Alice encontrou lá*. São Paulo: Summus, 1980.

surgimento de novas relações sociais. O indivíduo precisa encontrar-se ou se ausentar, e, por isso, flana em busca de respostas e do silêncio em seu deslocamento espaço-temporal. O flâneur é um ser ótico que inverte as relações espaço temporais e reinventa o urbano como espaço de passagem. Já os Situacionistas contrapõem-se a realidade alienante do pós-guerra, aos módulos e planos urbanos modernistas e a sociedade envolta no *blasé*. Propõem a Deriva, a retomada dos desejos conscientes e cidades mais estimulantes, feitas pela participação da coletividade e para os pés⁵¹. Utopias?

Uma nova possibilidade para o indivíduo-observador surge nesta sociedade em que as imagens são mais valiosas que o concreto, pois andar a esmo ou clicar em uma página eletrônica transformam-se em formas de flunar na cidade, que não mais tem fim. Se o sujeito via seu discurso na Antiguidade como forma de sentir-se vivo na *polis*, como explicar o que se verifica hoje com o silêncio e a negação de qualquer ato mais expressivo? Como e por que essa perda ocorreu, ou será que ela apenas mudou sua forma de exibição? As descobertas desconcertantes do século XVI, a industrialização do século XVIII, a modernidade do século XIX, a velocidade e a tecnologia do XX, resultam na pessoa deste século que não sabe o que quer, sem expressão ou com rompantes desenfreados dela, procurando vestígios para a formação de sua identidade, porém os encontrando fragmentados e com pouco apego a sociabilização.

Se a rua já foi o lugar de encontro por excelência, hoje se converte em rede organizada pelo/para o consumo, em passagem de pedestres encurralados e de automóveis privilegiados, em transição obrigatória entre o trabalho, os lazeres programados e a habitação. Embora palco para os grandes eventos permitidos e estimulados pelo poder público (carnaval, shows, espetáculos, festivais), é também objeto das forças repressivas que impõem o silêncio e o esquecimento à verdadeira apropriação: a da ‘manifestação’ efetiva⁵².

Busca-se o refúgio, a exclusão do meio e nisso o narcisismo de Sennett está mais presente, já que as formas de contato se restringem em objetividade, até mesmo aquelas que deveriam prolongar-se em subjetivismo, como os relacionamentos amorosos. Objetividade com o outro e extrema subjetividade consigo mesmo, os consequentes casos de estresse, depressão e perda do gosto pela vida são latentes à contemporaneidade e pode ser que sejam

⁵¹ BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas. Volume III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.; PAESE, Celma. *Caminhando – O caminhar e a cidade*. Dissertação (Metrado em Arquitetura). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2006.

⁵² SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p.594.

respostas a perda de identidade, do lugar próprio no mundo e da “imortalidade” que o ser humano sentia. E o que dizer do ser do século XXI, abrigado na *internet* e restringido pela pandemia do Sars-CoV-2? Privar-se do espaço público

[...] significa privar-se da realidade que, humana e politicamente, é o mesmo que a aparência. Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos: pois chamamos de Existência àquilo que aparece a todos; e tudo o que deixa de ter aparência surge e se esvai como um sonho – íntimo e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade⁵³.

Os atuais tempos de pandemia não só confirmam as tendências levantadas pelos autores mobilizados até aqui, como se exacerbam com o isolamento social.

[...] Aqui a vida moderna aparece em sua ambiguidade: a casa do indivíduo pode mantê-lo ligado ao mundo todo pela rede de computadores e pela televisão, que permitem uma amplitude espacial cada vez maior (dando a sensação de que espaços e tempos foram “domados”), enquanto, na realidade, a mediação dos objetos técnicos separa os indivíduos. Com a velocidade dos contatos e a eficiência das comunicações, a tecnologia cria, incessantemente, a sensação da comunicação, encobrendo a supremacia da não comunicação que ocorre na realidade. O individualismo constrói-se numa sociedade do *help yourself* [...] ⁵⁴

Hoje, os corpos são ameaças e conviver no espaço público, para os que consideram com seriedade a necessidade de contenção do vírus da Sars-CoV-2, é um constante risco. Ao mesmo tempo em que o espaço público passa à reserva, o privado torna-se diariamente publicizado por meio das telas e incorporam-se câmeras, microfones, e toda sorte de equipamentos para potencializar a comunicação que bocas, olhos, odores, gestos e microexpressões já não são mais capazes. Com o natural aos poucos suplantado, quase *ciborgs*, deslocam-se as fronteiras do público e privado, e ainda é cedo para saber quais os efeitos isso acarreta para as relações sociais e pertencimentos. Serpa diz que “a interação virtual parecia superar, para alguns teóricos sociais como Paul Virilio, toda ação e todo ato concreto”⁵⁵, porém, estando tão longe e tão perto, percebe-se de fato o que Sennett adverte, ou seja, que “[...] os seres humanos precisam manter uma certa distância de observação íntima por parte do outro para poderem sentir-se sociáveis”⁵⁶. Então, as socializações estabelecidas via *web* são reais? Há possibilidade de construção de memórias? Não aquelas do tipo RAM,

⁵³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 21.

⁵⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOSP – Espaço e Tempo*, v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. p. 478.

⁵⁵ SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p. 594.

⁵⁶ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

que se esvaem com *clicks*, mas como as pautadas por Halbwachs⁵⁷. Quais são as novas pedras?⁵⁸

Afinal, ‘só sentimos que existimos depois de já ter entrado em contato com os outros, e nossa reflexão é sempre um retorno a nós mesmos que, aliás, deve muito à nossa frequência do outro’ [Merleau-Ponty, 2004, p. 48]. Sob essa ótica, só conheço os outros seres humanos por meio de seus gestos, de suas palavras, de seus olhares, ou seja: só posso conhecê-los por meio de seus corpos [...]⁵⁹.

Se para Berger e Luckmann o veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa, aquela envolta na fala e na comunicação não-verbal, implícita, mantida com frequência ou se esporádica nutrindo-se em qualidade⁶⁰, infere-se sobre a sensação de distopia que se manifesta na atualidade e os crescentes casos de dissociação da saúde mental.

[...] A ruptura da conversa significativa [...] ameaça as realidades subjetivas em questão. [...] o indivíduo pode recorrer a várias técnicas de conservação da realidade, mesmo na ausência da conversa real, mas o poder gerador da realidade destas técnicas é grandemente inferior às conversas frente a frente, que tais técnicas são destinadas a substituir. Quanto mais tempo estas técnicas estiverem isoladas das confirmações face a face, menos provavelmente serão capazes de conservar o tom de realidade⁶¹.

Em tempos de crise, segundo os últimos autores⁶², as confirmações da realidade devem ser explícitas e intensas, sobretudo a partir de rituais pré-definidos, sendo o mais importante o da morte. Ironicamente à solução indicada, a pandemia exacerbou a morte, mas cerceou as possibilidades de vivência de seus ritos.

Desse modo, faz-se importante pensar no porvir e na (re)inserção dos corpos no espaço público, pois a cidade só deixa de ser um simples cenário quando é vivida. “No momento em que a cidade - o corpo urbano – é experimentada, esta também se inscreve como ação perceptiva e, dessa forma, sobrevive e resiste no corpo de quem a prática”⁶³. O corpo em

⁵⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

⁵⁸ Referência já citada de Halbwachs, que afirma que as relações entre as pedras e os homens são mais duradouras do que as estabelecidas entre os próprios homens, demonstrando a importância dos “lugares de memória” (conceito posteriormente trazido por Pierre Nora, em 1993). Conferir: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 17 jun. 2021.

⁵⁹ SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, agosto. 2017. p.596. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125427>. Acesso em: 27 jul. 2021.

⁶⁰ BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

⁶¹ *Ibidem.*, p. 205.

⁶² *Ibidem.*

⁶³ JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: *Anais IV ENECULT*, 2008.

movimento na cidade, em suas estratégias de apropriação dos espaços urbanos, constitui uma experiência. Se o corpo não é hermético ou refratário, mas algo relacional, criado, delimitado e sustentado por fluxos espaço-temporais e múltiplos processos, então a rua é o espaço por excelência da plenitude do corpo, para corpos em situação, construindo/criando espaços de intersubjetividade no ‘corpo a corpo’ sem mediações. Na rua o que conta é a leitura do espaço e a inteligência do corpo e “é imprescindível enxergar a rua”⁶⁴, sendo que “o conjunto de atividades performativas disponíveis ao corpo em dado tempo e lugar não são independentes do ambiente tecnológico, físico, social e econômico em que esse corpo tem de ser”⁶⁵.

Apesar do recolhimento imposto pela pandemia, a situação política do Brasil ocasiona, como resposta, atitudes de sair às ruas para manifestações. Exercendo a consciência e a força do corpo político, estes novos episódios seguem um fenômeno iniciado no ano de 2013 na história recente do país, em que o espaço virtual fomenta/instiga uma série de ações que *a posteriori* se refletem fisicamente no espaço público. Essa retomada das ruas em tempos de redes sociais contraria os prognósticos de teóricos como Paul Virilio, citado por Serpa⁶⁶, que prevê a superação de todo ato concreto pela interação *on-line*. Entretanto, em verdade, o que se percebe é uma retroalimentação entre os mundos real e virtual tecendo a intrigada nova trama na cidade.

As manifestações ocorridas desde junho do ano supracitado mostram a força das ruas e as possibilidades que esse espaço oferece, política e socialmente, para a vida urbana. “Esses ativismos [...] contrariam a ideia de que, na cidade contemporânea, não existe mais ‘aqui’, pois tudo é ‘agora’, em decorrência da compressão do tempo e da aceleração das velocidades”⁶⁷. Essas manifestações extrapolam o espaço virtual em direção ao espaço urbano físico, onde efetivamente se realizam, apesar de ambos serem palco de disputa, inclusive alternando entre a atuação como lugar e território, o que se reflete nos corpos, ou seja,

[...] é também fundamental compreender esses processos políticos como manifestações (contraditórias) do ser lugar e do ser território no mundo, de um corpo situado – lugarizado e/ou territorializado – no mundo, que essas manifestações se dão em diferentes escalas e esferas de ‘intimidade’ e ‘abertura’ no/para o mundo, e que, finalmente, exprimem ações e discursos diferenciados de agentes/sujeitos/

⁶⁴ HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-Corpo. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013. p. 76.

⁶⁵ HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 137 citado por SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p. 595.

⁶⁶ SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017.

⁶⁷ *Ibidem*. p. 594.

grupos/indivíduos/classes, que, ao se manifestarem, manifestam também sua atitude de ser lugar ou ser território frente ao outro⁶⁸.

O caminho reaprendido das ruas continua a ser utilizado como importante instrumento político e sofre alterações que marcam gradativas atitudes de “radicalização das diferenças, territorializadas no espaço de forma segregacionista e com pouco ou nenhum diálogo entre grupos com opiniões e posições políticas divergentes”⁶⁹. Serpa conclui algo semelhante ao que Sennett aventava em anos anteriores e já trazido aqui, que “com a falta do diálogo entre diferentes, a esfera pública retrocede e o público se revela, contraditoriamente, como íntimo e particular, territorializado, enquanto o lugar se recolhe à esfera mais privada e íntima, que se torna (radicalmente) ‘lugarizada’”⁷⁰. “A ‘espetacularização’ (do espaço) e a ‘celebrização’ (do indivíduo) marcam esse empobrecimento, revelando novos conteúdos da urbanidade”⁷¹.

Risério (2013, p. A2) afirma que ‘da rede à rua, gentes se mobilizam de um dia para outro. Da rua à rede, alguém logo ao chegar em casa, pode postar uma foto que sensibilize milhares de pessoas’. Isso coloca para nós uma nova realidade, de ‘espaços essencialmente reversíveis’. [Na] reinserção do corpo na cidade, interessa particularmente a afirmação de que a ‘rua é o lugar do coração batendo, do sangue circulando, da respiração percebida, da emoção’ (Risério, 2013, p. A2), em contraponto ao (e em relação com o) espaço virtual dos signos e do discurso⁷².

Com subsídio das redes, o ano de 2021 é igualmente marcado por uma série de manifestações, apesar do contexto sanitário pouco favorável, mas em que se faz necessário a apropriação do espaço público pelo corpo político, para discutir/disputar ‘política’. Como discorrido neste artigo, o espaço público, em essência, é local de justaposição e sobreposição de diferenças e de memórias, articulando momentos como território e outros como lugar. Neste sentido, podem ser citados vários exemplos ocorridos nos últimos meses, todavia opta-se por pontuar a queima da estátua do Borba Gato, sobretudo pela intencionalidade do ato, dita, segundo os executantes, de “abrir o debate” sobre a homenagem a “um estuprador, um genocida, um capitão do mato, um senhor de escravos”⁷³.

A estátua ao bandeirante encontra-se em Santo Amaro, zona sul da capital de São Paulo, todavia muito se questiona sobre sua legitimidade como monumento ao representar a

⁶⁸ SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p. 598.

⁶⁹ Ibidem., p. 597.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014. p. 484.

⁷² SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. p. 597.

⁷³ OHANA, Victor; SILVA, Camila da. Caso Borba Gato: o que fazer com a homenagem a figuras históricas condenáveis? *Carta Capital*. São Paulo, 5 ago. 2021.

herança história do país, pois busca ratificar a importância de uma figura cuja biografia contraria a defesa dos direitos humanos fundamentais, pela condução de tráfico negro e indígena no período colonial.

Para Humberto Kzure-Cerquera [Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro], a sociedade brasileira precisa repensar a maneira como trata a sua identidade e memória, sobretudo em relação a “heranças arbitrárias” dispostas em locais públicos. O registro desses personagens históricos, pondera ele, não deve ser esquecido, mas seus significados carecem de devida explicitação⁷⁴.

O ‘ataque’ a estátua do Borba Gato enseja muitos questionamentos e os mais relacionados com este artigo são elencados na citação anterior, a saber: a maneira como a sociedade brasileira trata a identidade e a memória; e os locais públicos como repositório de heranças culturais, por vezes “arbitrárias”. Sem o mérito maniqueísta de classificar a ação, considera-se pertinente a proposta do grupo Revolução Periférica ao agir para “abrir o debate” no espaço público, meio cabível para abrigar essas questões. No espaço público os discursos dos grupos podem ser proferidos e materializados, mas aqueles que prevalecem, normalmente, não são os da “maioria minorizada”⁷⁵.

A estátua de Borba Gato realmente gera identidade para a população brasileira? Se considerado ícone para memória, é herói ou trauma? Infere-se que a queima, bem como toda a repercussão que a envolve, pode ter sido de maior significância do que a presença cotidiana da escultura na Praça Augusto Tortorelo de Araújo, pois muitos, provavelmente, (re)conhecem apenas agora o nome Borba Gato, devido à polêmica. Então, por que Borba Gato é ostentado naquele local? Ao estabelecer um território, sobretudo após receber atenção especial de escolta permanente da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana⁷⁶, o que delimita? Quem pertence a este território e quem se mantém alijado? Apesar das múltiplas e divergentes respostas possíveis, fica a certeza de que os brasileiros do grupo Revolução Periférica, em 24 de julho de 2021, trazem ruído à fronteira.

⁷⁴ OHANA, Victor; SILVA, Camila da. Caso Borba Gato: o que fazer com a homenagem a figuras históricas condenáveis? *Carta Capital*. São Paulo, 5 ago. 2021.

⁷⁵ Maioria minorizada é um conceito criado por Richard Santos para explicar que apesar da maioria demográfica do Brasil ser composta por negros estes são percebidos como minoria, em termos de representação e direitos. Ver: SANTOS, Richard. *Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

⁷⁶ DIAS, Paulo Eduardo. Estátua do Borba Gato tem escolta policial permanente desde incêndio. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 set. 2021.

Fazendo uma pequena digressão, para a Psicologia Analítica, de acordo com Malvina Muszkat⁷⁷, qualquer expressão psíquica, tem um sentido indicador no caminho do desenvolvimento da personalidade. Embora represente um complexo autônomo, que por estar excluído da consciência entra em oposição inconsciente com a atitude dessa, o problema tende, em relação à totalidade psíquica, para um determinado fim, pois não representa apenas uma advertência, mas é também a busca de cura. Portanto, o desequilíbrio traz consigo a própria resposta para uma evolução futura da personalidade.

Se essa teoria para o indivíduo for transplantada para a análise da coletividade, e sabendo que “a dor e a desordem interpessoal são inevitáveis em toda sociedade”⁷⁸ como aprender com a experiência e retirar do emaranhamento de hoje a cura social?

A cultura ocidental, voltada apenas para o desenvolvimento do intelecto, impondo atitudes pragmáticas, criando necessidades materiais e estimulando a luta pelo poder, afasta o homem do contato com o mito. O mundo é explicado através de relações causais, não há lugar para o mistério. Símbolos são transformados em signos e sinais. A ansiedade está sempre presente. O homem, anônimo, representa um enigma para si mesmo. [...] Esses fatos denunciam uma crise de Identidade não apenas individual, mas social, coletiva; denunciam também um movimento individual no sentido da busca da transformação. É o Ser em busca de sua transcendência, em busca de sua origem e de seu lugar no mundo. Esses fatos denunciam a necessidade de lutar contra a dissociação, contra a indiscriminação do coletivo⁷⁹.

Somando-se a indicação de luta por Muszkat⁸⁰ contra a crise de identidade coletiva e de busca por transcendência, origem e lugar no mundo para melhora das relações, as palavras de Jacques, apesar de oriundas da análise do espaço público em contexto muito diverso, são deixadas aqui como um indicativo alentador, de esperança e resistência, ao afirmar que “nada pode obrigar que a vida não seja absolutamente apaixonante. Não sabemos como fazer”⁸¹.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BARTUCCI, Giovanna (Org). *Psicanálise, Arte e Estéticas de Subjetivação*. Rio de Janeiro: IMACO, 2002.

⁷⁷ MUSZKAT, Malvina. **Consciência e identidade**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

⁷⁸ SENNETT, Richard. **Vida urbana e identidade personal**. Barcelona: Homo Sociologicus – Ediciones Península, 1975. p. 140.

⁷⁹ MUSZKAT, Malvina. **Consciência e identidade**. São Paulo: Editora Ática, 1986. p. 55.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ JACQUES, Paola Berenstein (org.). **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 13.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. Obras Escolhidas. Volume III.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, W. *Passagens.* Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento.* Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BYINGTON, Carlos. O conceito de identidade individual e coletiva na dimensão simbólica. A identidade ôntica (eu-outro) e a sua inter-relação com a identidade ontológica ou identidade do self. In: BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa; COSTA, Márcia Regina da. (Orgs.) *Identidade: teoria e pesquisa.* São Paulo: EDUC. Editora da Puc/SP, 1985.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CARROL, Lewis. *Aventuras de Alice no país das maravilhas / Através do espelho e o que Alice encontrou lá.* São Paulo: Summus, 1980.

DEBORD, Guy; ABREU, Estela dos Santos. *A sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Paulo Eduardo. Estátua do Borba Gato tem escolta policial permanente desde incêndio. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 23 set. 2021. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/09/estatua-de-borba-gato-tem-escolta-policial-permanente-desde-incendio.shtml>. Acesso em: 27 set. 2021.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HISSA, Cássio E. Viana; NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. Cidade-Corpo. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein (Org). *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade/ Internacional Situacionista.* Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MUSZKAT, Malvina. *Consciência e identidade.* São Paulo: Editora Ática, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OHANA, Victor; SILVA, Camila da. Caso Borba Gato: o que fazer com a homenagem a figuras históricas condenáveis? *Carta Capital.* São Paulo, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/caso-borba-gato-o-que-fazer-com-a-homenagem-a-figuras-historicas-condenaveis/>. Acesso em: 27 set. 2021.

PAESE, Celma. *Caminhando: o caminhar e a cidade.* Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SANTOS, Richard. *Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2020.

SCHEIBE, Karl E. Identidade e Memória. In: BASSIT, Ana Zahira; CIAMPA, Antônio da Costa; COSTA, Márcia Regina da. (Orgs.). *Identidade: teoria e pesquisa*. São Paulo: EDUC. Editora da Puc/SP, 1985.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SENNETT, Richard. *Vida urbana e identidade personal*. Barcelona: Homo Sociologicus – Ediciones Península, 1975.

SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. *Geosp – Espaço e Tempo*, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 13-28.